



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
17/03/2016	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 717, de 16 de março de 2016	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

Ficam revogados os artigos 1º a 5º da Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016:

JUSTIFICAÇÃO

A edição de Medida Provisória unicamente para proteger determinada autoridade com foro privilegiado constitui uma clara violação dos princípios da moralidade e impessoalidade.

Cabe ressaltar que o princípio constitucional da impessoalidade está posto em nível constitucional no artigo 5º, *caput*, parte inicial, onde consta que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção de qualquer natureza.



Tal assertiva é válida, também, para a Administração pública, à qual é defeso infligir qualquer sorte de distinção restritiva ou privilégios, especialmente por força do *caput* do artigo 37, que reza que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, *impressoalidade*, moralidade, publicidade e eficiência.

Ademais, não estão presentes os requisitos da urgência e relevância.

Fica claramente evidenciado que a Medida Provisória exorbita a competência do Poder Executivo, dada a flagrante inconstitucionalidade da medida.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à presente proposição.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR